

DESENVOLVIMENTO RURAL COM PERSPECTIVA DE GÊNERO: GUIA DE COLETA DE INFORMAÇÃO AO NÍVEL LOCAL

*Mireya Suárez
Marlene Libardoni*

Publicações Miscelâneas

IICA



Universidade de Brasília
NEPeM



14
CA0200300

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA/NEPEM INSTITUTO
INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA
AGRICULTURA/IICA 08 MAI 1995

**DESENVOLVIMENTO RURAL COM
PERSPECTIVA DE GÊNERO:
GUIA DE COLETA DE INFORMAÇÃO
AO NÍVEL LOCAL**

*Mireya Suárez
Marlene Libardoni*

**PUBLICAÇÃO REALIZADA COM O APOIO DO
INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ — IAPAR 1995**

E34
E50

IICA0200300

Digitized by Google

Suárez, Mireya

Desenvolvimento rural com perspectiva de gênero: Guia de coleta de informação ao nível local/por Mireya Suárez e Marlene Libardoni. — Brasília: IICA— Escritório no Brasil/Instituto agrônômico do Paraná, 1995.

73 p. (IICA. Série Publicações Miscelâneas, A4 BR0001/95)

ISSN 0534—0591

1. *Desenvolvimento rural—Coleta de Informação.* 2. *Desenvolvimento comunitário—produção Familiar.* I. Título. II. Série.

AGRIS: EL4;E50

CDU : 331.91:301.181 (083.76)

**Diagramado e impresso
na Área de Reproduções Gráficas do IAPAR
Junho/95 Londrina-Pr Tiragem: 500 exemplares**

SUMÁRIO

Pag.

Apresentação	i
1. Diretrizes e Conceitos Básicos	1
1.1. Autogestão, Eqüidade e Inclusão	3
1.2. Perspectiva de Gênero	6
1.3. Organizações Comunitárias	9
1.4. Unidade Familiar, Unidade Produtiva e Grupo Doméstico ..	12
2. Cadastro de Grupos Domésticos e Unidades Produtivas	15
2.1. Caraterísticas dos Grupos Domésticos	16
2.2. Caraterísticas das Unidades Produtivas	25
2.3. Relações com o Mercado	27
2.4. Relações com o Meio Ambiente	28
2.5. Condições de Vida	28
3. Metodologias Complementares	30
3.1. Informações Complementares ao Cadastro	30
3.2. Identificação de Grupos Associativos	35
Anexo 1: Formação do Cadastro de Grupos Domésticos e Unidades Produtivas	38
Anexo 2: Formação do Registro de Grupos Associativos ..	66

This One



GYEX-642-T2TU

Digitized by Google

APRESENTAÇÃO.

Como parte da Cooperação Técnica entre o IICA e o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP) realizaram-se, entre novembro de 1992 e abril de 1993, uma série de atividades com o objetivo de obter informações de algumas das comunidades vinculadas a esse Programa nos Estados de Pernambuco e Paraíba. As informações colhidas deveriam servir para: a) elaborar um cadastro de associados que orientasse a gestão dos projetos produtivos por eles empreendidos, b) apoiar o trabalho efetivamente realizado e/ou o projeto produtivo de todas as mulheres e homens, e c) fortalecer os grupos organizados formal ou informalmente que realizam algum tipo de produção e/ou atividade para melhorar a qualidade de vida.

Essa experiência ofereceu os subsídios mais importantes para elaboração do presente Guia. Porém, buscando ir além da especificidade dessas comunidades e dos projetos nelas implantados, procuramos introduzir características de outros sistemas agrícolas e levar em conta elementos de programa que estavam ausentes nos projetos do PAPP. Assim mesmo, numerosos sistemas agrícolas e elementos de programa não foram contemplados.

Este Guia é, então, uma relação sumária e metódica de numerosas informações a serem consideradas ou descartadas conforme as circunstâncias específicas do sistema agrícola e objetivos do projeto em questão. Além disso, ele destaca os procedimentos metodológicos que consideramos mais complexos e confiáveis sem deixar de oferecer também soluções alternativas simplificadas. Nossa expectativa é que os usuários e usuárias possam encontrar, entre as diversas informações e procedimentos metodológicos apresentados, subsídios que se ajustem às situações concretas que enfrentam.

O levantamento de informações confiáveis a respeito das atividades desempenhadas por mulheres e homens de diversas idades, bem como a identificação dos segmentos comunitários significativos e

dos grupos organizados é apenas a primeira etapa do processo de incorporação da perspectiva de gênero nos projetos de desenvolvimento rural. Tal processo compreende, pelo menos, duas etapas subseqüentes: a) avaliação das ações desenvolvidas quanto a sua capacidade de beneficiar homens e mulheres e, se necessário, b) ajuste dessas ações de modo a melhor apoiar o trabalho que as mulheres realizam ou o que se propõem realizar.

É altamente desejável que o processo de incorporação da perspectiva de gênero (desde o levantamento de informações até o ajuste das ações desenvolvidas) seja conduzido pelas próprias comunidades, de maneira autônoma. Porém, com muita freqüência as comunidades devem ser apoiadas pelas instituições governamentais ou não governamentais que atuam junto a elas. O grau de envolvimento dessas instituições depende da natureza do projeto e da instituição, mas principalmente dos níveis de politização, de educação e de organização das comunidades. Quaisquer forem as circunstâncias, o propósito é lograr a máxima participação dos diversos segmentos sociais na coleta de informações, na avaliação das ações desenvolvidas e no ajuste dessas ações.

O Guia inclui três partes. A primeira discute as diretrizes e conceitos que fundamentam a adoção da perspectiva de gênero e a coleta de informação compatível com essa perspectiva. A segunda trata dos procedimentos quantitativos que podem ser usados para elaborar o Cadastro de Grupos Domésticos e Unidades Produtivas. Na terceira parte se oferecem sugestões para obter informações qualitativas complementares ao cadastro bem como para captar dados a respeito dos grupos comunitários que se organizam formal ou informalmente.

O Guia contém também dois anexos. O primeiro apresenta uma maneira de formatar o Cadastro de Grupos Domésticos e Unidades Produtivas que permite correlacionar o sexo e a idade de cada um dos membros do grupo doméstico com uma série de variáveis, tais como o trabalho desempenhado, o acesso aos meios de produção, a

capacitação recebida, a participação na tomada de decisões, etc. O segundo anexo é um modelo para o registro das organizações locais que leva em conta a participação tanto de homens quanto de mulheres na criação e definição de objetivos da organização, bem como na gestão do empreendimento e a realização da produção.

1. DIRETRIZES E CONCEITOS BÁSICOS.

A adoção da perspectiva de gênero no desenvolvimento rural sempre requer uma coleta de informações sobre as relações que estão pautadas pelo sexo/gênero e pela idade. Entretanto, não existe uma única forma para se obter estas informações. Os métodos de obtenção de dados, a seqüência de sua aplicação e a importância de cada dado dentro do conjunto informativo do projeto, dependem das circunstâncias locais e do tipo de articulação estabelecido entre as comunidades e as instituições envolvidas no projeto.

Discutem-se, a seguir, as diretrizes e conceitos que vêm orientando a coleta de informação em projetos autogestionados ou co-gestionados. Coleta que geralmente é chamada de informação sobre "gênero" ou até sobre "mulher" mesmo que, na verdade, seja uma informação das condições sob as quais as pessoas (mulheres e homens de diferentes idades) vivem e realizam a produção. A coleta desta informação é da maior importância porque a avaliação objetiva das ações praticadas e a adequação das ações corretivas dependem de sua acuidade. Além disso, ela apresenta um benefício marginal da maior importância que geralmente é pouco destacado: oferece uma excelente oportunidade para que os técnicos das instituições envolvidas e os membros das comunidades façam uma reflexão e tomem consciência sobre a importante contribuição do trabalho realizado pelas mulheres e sobre os objetivos democratizantes das ações para o desenvolvimento.

Técnicos e membros das comunidades, sejam eles homens ou mulheres, compartilham da idéia de que somente as atividades requeridas pelos cultivos básicos, e quando desempenhadas pelos seus titulares, os homens adultos, podem ser consideradas "trabalho". Quando mulheres e crianças desempenham estas mesmas atividades entende-se que estão "ajudando", e quando realizam outras atividades (como o transporte de água e o cuidado dos animais de pequeno porte), a eles atribuídas, considera-se que nem ajudam nem trabalham, simplesmente fazem seu dever.

Essa curiosa percepção a respeito do trabalho das mulheres e das crianças encontra sustento no imaginário rural brasileiro. Nas mais diversas zonas rurais brasileiras, as pessoas entendem que somente a realização de atividades "pesadas" pode ser considerado trabalho e que as atividades "pesadas" devem ser realizadas pelos homens adultos porque as mulheres, conforme a sua natureza, somente devem realizar atividades "leves". Para confirmar esse imaginário todo trabalho realizado por mulheres é "leve". Como afirma Paulillo¹, o trabalho não é definido com base no que ele realmente demanda do trabalhador ou trabalhadora, mas conforme o sexo de quem o realiza: qualquer seja o trabalho, quando realizado por homens é "pesado" e quando realizado por mulheres é "leve".

A idéia de que mulheres não trabalham mas simplesmente ajudam também encontra sustento na teoria econômica. Esta teoria distingue as atividades de produção de bens das atividades de reprodução da vida, para, em seguida, estabelecer que trabalho é somente a atividade de cujo desempenho resulta a produção de bens. Desse modo, o conceito "trabalho" acaba excluindo todas as atividades necessárias para reproduzir a vida, tais como preparar alimentos, cuidar da higiene, tratar de doentes, etc.

Para realizar uma coleta de dados que sirva o propósito de orientar realisticamente as ações a serem praticadas, é necessário promover a discussão crítica, no âmbito da comunidade, sobre os conceitos de trabalho que vigoram por tradição e por definições científicas. Esta discussão deve ser o suficientemente aprofundada como para permitir que as pessoas ganhem novos elementos para redefinir o conceito de "trabalho" de modo a nele incorporar tanto

¹ Maria Ignez Paulillo. "O Peso do Trabalho Leve". Ciência Hoje, Vol. 5, No. 5, janeiro/fevereiro, 1987.

as atividades produtivas realizadas por mulheres quanto o trabalho reprodutivo².

Quando toda atividade (produtiva ou reprodutiva realizada por homens ou por mulheres) passa a ser considerada trabalho, a necessidade de se obter uma informação que leve em conta o sexo/gênero e a idade de quem trabalha aparece evidente para os técnicos das instituições envolvidas e para os membros das comunidades.

1.1. Autogestão, Equidade e Inclusão.

As instituições voltadas para o desenvolvimento rural empenham-se em tornar competitivas as unidades de produção familiar que ainda atuam no campo brasileiro. Este é um grande desafio, não apenas por razões muito objetivas, tais como as dificuldades que essas unidades de produção enfrentam para entrar nos circuitos dinâmicos da economia agrária, mas também por razões subjetivas, como a crença de que o problema do campesinato tem sido largamente superado no Brasil. A enorme e continuada migração de pequenos agricultores para as metrópoles que se observou nos últimos 20 anos levou a se pensar, de algum modo, que os lavradores do campo estão em extinção. Mas, a verdade é que, conforme o último censo agrícola, realizado em 1985, existiam 5.224.546 estabelecimentos (86,1% do total dos estabelecimentos agrícolas) que faziam uso dos membros do grupo doméstico para satisfazer, de modo exclusivo ou parcial, suas necessidades de trabalho³. Além disso, o fato do Movimento

² E. D. Bilac. "Trabalhos Produtivos, Trabalhos Reprodutivos: As Trajetórias Femininas de Trabalho e suas Representações". Perspectivas, 12/13. São Paulo: 1989/90.

³ Mireya Suárez e Marlene Libardoni. Mulheres e Desenvolvimento Agrícola no Brasil: Uma Perspectiva de Gênero. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Coleção "Agricultura, Vida e Futuro de um Continente". Brasília: Gráfica e Editora Independência Ltda., 1992.

dos Trabalhadores Sem-Terra ter marcado a passagem da década de 80 para a de 90 sugere que existe uma parcela importante da população rural que ainda pretende recuperar sua condição de agricultores⁴.

A transformação das unidades camponesas em unidades empresariais baseadas no trabalho familiar é altamente recomendável quando se leva em consideração que, além de alguns segmentos urbanos, é na população de camponeses (produtores/assalariados rurais) onde se concentra a maior parte dos pobres do Brasil⁵ e onde se observam as taxas de fecundidade total mais elevadas. Além disso, o número de famílias chefiadas por mulheres vem aumentando como consequência da ampliação do assalariamento entre os pequenos produtores e da intensificação da migração para as cidades. O número de famílias chefiadas por mulheres foi, em 1989, 1.051.788, acusando um aumento de 33.6 % com relação ao ano de 1981⁶.

Tornar competitivas as unidades de produção familiar implica (além da existência de políticas macrosetoriais apropriadas) mudanças importantes nas diretrizes e conceitos que orientam o desenvolvimento rural. Entre as novas diretrizes merece especial destaque a autogestão, que atribui às organizações dos agricultores a responsabilidade pela administração e execução dos projetos. Entre os novos conceitos destacam-se os de modernização com **eqüidade** através da **inclusão** dos novos atores sociais.

⁴ Zuleide Araújo Teixeira, Helena Mussi de Carvalho e Mireya Suárez. "Perspectiva de Género na Produção Rural". Estudos de Política Agrícola n°. 22. Brasília: IPEA, 1994.

⁵ Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura. "Sugerencias para la Preparación de la Propuesta de Cooperación Técnica del IICA para el PAPP". Brasília: IICA, mimeo., 1991.

⁶ Zuleide Araújo Teixeira e outras. Trabalho citado na nota 4.

A esse respeito, o IICA⁷ afirma que "Em coerência com essa visão de consolidação democrática, de participação e de busca de maior eqüidade, cumpre incentivar a contribuição dos novos atores sociais que surgiram ou se consolidaram nos últimos anos, no bojo do processo de modernização do setor rural. Sem dúvida os de maior destaque são, primeiro, as mulheres e depois os jovens do meio agrário, que se estão tornando cada vez mais influentes em aspectos/chave do processo produtivo, bem como na tomada de decisões dentro das unidades familiares de produção, e se vêm incorporando maciçamente ao mercado de trabalho, especialmente nas áreas mais dinâmicas e modernas."

Os conceitos de eqüidade e inclusão de novos atores evidenciam o propósito de intervir na sociedade rural estimulando a extensão dos direitos de cidadania a todos os seus segmentos e apoiando a contribuição daquelas categorias sociais que, como as mulheres, desempenham papéis produtivos importantes pouco reconhecidos. Já a autogestão aponta para a necessidade de maximizar os investimentos econômicos através da capacitação em administração e finanças e do fortalecimento dos grupos que se organizam (formal ou informalmente) para produzir algum bem, para prestar serviços de apoio à produção e para melhorar a qualidade de vida.

O desenvolvimento do setor agrário no Brasil mostra que a modernização da agricultura pode ocorrer sem qualquer preocupação a respeito da eqüidade e da inclusão dos diferentes segmentos das comunidades. Mas, o desenvolvimento rural que, além da modernização, persiste no objetivo de desdobrar o potencial produtivo de cada um dos membros dessas comunidades, somente pode ocorrer se a eqüidade e a ampla inclusão forem garantidas. No caso das relações entre mulheres e homens, por exemplo, a instauração de outro tipo

⁷ Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura. Programa III: Bases Conceptuais para sua Atuação no Brasil. Coleção "Agricultura, Vida e Futuro de um Continente". IICA: Brasília: Gráfica e Editora Independência Ltda., 1992. Pag. 58.

de moralidade apresenta funções econômicas bastante claras: trata-se de melhor aproveitar o potencial de criatividade e força de trabalho até agora limitado pela moralidade subordinativa vigente.

1.2. Perspectiva de Gênero.

Conforme Suárez e Libardoni⁹, incorporar a **perspectiva de gênero** é adotar um "modo de ver" a realidade rural. O que é visto não é a mulher nem o gênero (invisível, por não ser fato mas "modo de ver") e sim as relações entre o mesmo sexo e entre sexos diferentes que estão contidas em todos os fatos da realidade rural. Neste sentido, usar uma **perspectiva de gênero** para entender a produção familiar, por exemplo, não é muito diferente a usar uma perspectiva econômica (entender os fatos da produção familiar como fatos que contêm relações econômicas) ou uma perspectiva ecológica (entender os fatos da produção familiar como fatos que contêm relações entre a biomassa e a ação humana).

A **perspectiva de gênero** é, então um modo de olhar e avaliar as atividades. Perante uma colheita de tomates, por exemplo, geralmente levam-se em conta circunstâncias tais como a força de trabalho empregada, a qualidade do produto, as condições de comercialização, o nível de mecanização das atividades, etc. Ao se adotar uma abordagem de gênero também é necessário considerar, por exemplo, quais trabalhos produtivos e reprodutivos são necessários (dentro e fora do campo de cultivo) para realizar a colheita, e quais são as pessoas (homens e mulheres de diferentes idades) que os realizam. Adotar esta perspectiva é abrir o caminho para "ver, avaliar e apoiar" o trabalho efetivamente realizado pelas pessoas, particularmente pelas mulheres e crianças que, muito embora extremamente penoso e crucial, tende a ser simplesmente ignorado ou, no melhor dos casos, considerado simples "ajuda".

⁹ Mireya Suárez e Marlene Libardoni. Trabalho citado na nota

Os programas e projetos com perspectiva de gênero objetivam apoiar o desempenho das atividades produtivas e reprodutivas realizadas por homens, por mulheres ou por homens e mulheres através do suporte direto a quem realmente as realizam. Por essa razão, os beneficiários(as) do projeto não são definidos a partir da condição de serem mulheres ou homens nem do status familiar (como o de chefe de família ou o de esposa/mãe), mas com base nas atividades produtivas e reprodutivas pelas quais as pessoas efetivamente são responsáveis.

Ao retirar o elemento discriminatório para se definir a população a ser beneficiada, a perspectiva de gênero se diferencia dos (e logicamente entra em conflito com) programas e projetos de natureza produtiva dirigidos aos homens chefes de família e também com aqueles dirigidos especificamente às mulheres.

Entretanto, como a desigualdade entre homens e mulheres pode ser intensamente discriminatória contra elas, nem sempre a abordagem de gênero pode ser observada com rigor. Existem situações que requerem a condução de ações dirigidas a apoiar os projetos produtivos de mulheres como meio de resolver problemas de sobrevivência imediatos e/ou de fortalecer suas organizações e a politização de suas demandas.

Uma questão freqüentemente colocada é se a incorporação da perspectiva de gênero nos projetos de desenvolvimento rural é desejável por motivos morais ou por razões econômicas. Esta questão estabelece uma disjuntiva entre moralidade e racionalidade que, na verdade, não existe porque a participação eqüitativa de homens e mulheres de diferentes idades é, em si mesma, uma conduta racional já que favorece o melhor aproveitamento dos recursos humanos disponíveis.

Como existem mecanismos culturais que têm o poder real de excluir certos atores sociais, tais como mulheres e jovens, a atitude participativa e/ou interventiva das instituições voltadas para

o desenvolvimento rural no sentido de mudar as relações de gênero vigentes é imprescindível. Como a eqüidade não se recebe mas se alcança, o papel dessas instituições limita-se a apoiar os projetos produtivos e as organizações desses atores excluídos pelos poderes comunitários e muito freqüentemente pelos próprios técnicos que definem as ações a serem praticadas e por aqueles que as promovem ao nível local.

A ênfase dada ao lado feminino é interpretada freqüentemente como uma forma de praticar o "sexismo ao avesso" ou então de ignorar que a raiz do problema encontra-se na deteriorada situação de classe. Um exemplo deste tipo de argumentação é a pergunta: Porque destacar a necessidade das mulheres terem acesso ao crédito quando a classe inteira enfrenta dificuldades de financiamento?. Levando em consideração que a classe de trabalhadores rurais inclui também as mulheres, fica claro que reivindicar créditos para elas é reivindicar crédito para a classe. A ênfase dada ao lado feminino não é, então, "sexismo ao avesso", mas somatório de esforços para alcançar fins desejáveis pela coletividade.

Outro falso dilema, similar ao anterior, é exprimido através da pergunta: o apoio deve ser dirigido às mulheres ou às famílias?. Levando em conta que, fora casos excepcionais, todas as mulheres pertencem a famílias, o apoio que elas recebam se traduzirá necessariamente em apoio a suas famílias.

Na realidade, o que se pretende ao incorporar a perspectiva de gênero nos projetos de desenvolvimento rural é estimular o desdobramento do potencial produtivo das mulheres enquanto trabalhadoras e agentes com poder de decisão de modo a que possam contribuir melhor para o fortalecimento da classe e o bem-estar das comunidades e das famílias a que pertencem.

As mulheres do campo já contribuem muito para o desenvolvimento rural através do trabalho que realizam. Mas o desdobramento dessa contribuição depende das instituições e agentes de desenvol-

vimento rural serem capazes de promover o direito feminino de participar do sistema de tomada de decisões em condições de igualdade com os homens. O desafio é, sem dúvida, enorme. Um indicador dessa dificuldade é o fato da maior parte das organizações de produtores excluírem de seus quadros de associados aquelas mulheres que não são titulares da propriedade. Muito poucas, então, podem ser sócias das cooperativas e associações de produtores. Desse modo, seus projetos, quando se permitem imaginá-los, não podem influenciar os rumos das organizações de produtores.

O fortalecimento dos grupos de mulheres que se organizam para fins produtivos ou para melhorar a qualidade de vida é um dos meios de promover o direito das mulheres de participar do sistema de tomada de decisões. Entretanto, como a maior parte destes grupos não são formalizados, existindo apenas como práticas tradicionais de associatividade, sua identificação passa a ser um dos objetivos mais importantes da coleta de informação. Como os grupos associativos desse tipo tendem a agregar pessoas que compartilham uma experiência social similar, a informação sobre as unidades produtivas e os grupos domésticos não é suficiente para identificá-los, tornando-se necessário ampliar o campo de visão de modo a ser capaz de perceber os segmentos que compõem a comunidade.

1.3. Organizações Comunitárias.

É comum, dentro da administração pública, o uso da palavra comunidade para referir-se ao conjunto de habitantes de uma localidade ou área geopolítica contígua, como o "município" ou o "distrito". Para os fins desta coleta de informação convém adotar o conceito de comunidade que enfatiza nas relações concretas que as pessoas estabelecem e na identidade social que constroem para si mesmas. Abordada deste modo, comunidade é um grupo social autodefinido, que pode ocupar um território contínuo ou descontínuo e que oferece elementos emblemáticos com os quais as pessoas se identificam.

Esta última definição interessa por duas razões. Ao acentuar no fato da autodefinição e não da geografia, permite visualizar a criação de novos grupos comunitários que alongam-se para além das fronteiras físicas das localidades, como aqueles freqüentemente requeridos pelos projetos de desenvolvimento. Além disso, a motivação associativa, tão essencial para o sucesso dos projetos de desenvolvimento, passa necessariamente pela criação e/ou fortalecimento dos elementos emblemáticos de identificação.

Também entende-se comumente que a unidade familiar é a menor unidade social da comunidade agrária pelo fato de ser a mais homogênea. Para o fim de obter uma informação sobre relações de gênero, esse entendimento é de todo inadequado porque o grupo familiar, de fato mais homogêneo quanto à classe e à ideologia, é composto por pessoas que (dependendo do sexo, da idade e da relação de parentesco) desempenham funções produtivas diferentes, têm direitos e deveres diferentes e integram-se à comunidade também de modo diferente. Vista deste ângulo existencial, ao invés de homogeneidade, a unidade familiar contém dentro de si mesma um conjunto altamente diversificado de pessoas que, ao nível comunitário, fazem parte de segmentos muito diferentes quanto a sua inserção social e seus interesses particulares. Uma mulher-esposa-mãe, por exemplo, terá um status social mais parecido e interesses mais compartilhados com as outras mulheres-esposas-mães do que com o marido que trabalha tempo integral no campo de cultivo ou com a filha que "aluga", temporária ou permanentemente, sua força de trabalho.

A cuidadosa identificação dos segmentos que compõem a comunidade é de grande importância para a elaboração do diagnóstico e para a formulação de novos projetos ou ajuste de projetos em andamento tanto porque são as unidades mais homogêneas quanto porque antes de existir uma organização formal existe um segmento social. Como os segmentos significativos de uma comunidade são organizações formais potenciais, do seu reconhecimento pode depender o sucesso ou o fracasso das ações desenvolvidas.

Por serem internamente homogêneos e diferentes uns dos outros, os segmentos comunitários se constituem na base integrativa das comunidades e sempre desenvolvem algum nível de organização. Por essas razões se apresentam como as unidades privilegiadas para definir e levar a efeito as ações requeridas pelo desenvolvimento eqüitativo e inclusivo.

As pessoas que pertencem a um determinado segmento podem estar organizadas através de alguma forma de associatividade formal (como é o caso das associações de produtores) ou mesmo informal (como no caso dos grupos de trabalho masculinos). Como o fato crucial é a existência de associatividade, seja ela formalizada ou não, a coleta da informação deste tipo deve ser orientada pelas realidades locais e não apenas pelas definições legais do aparelho burocrático.

Também é importante levar em conta que enquanto a atuação de alguns segmentos aparece notabilizada no cenário comunitário, a de outros pode ser de difícil visualização. Isto ocorre porque as práticas subordinativas tradicionais podem limitar severamente a autodeterminação e legitimidade de expressão de alguns segmentos, tais como os grupos de trabalho femininos. Desestimulados pela falta relativa de prestígio social, seus níveis de organização podem ser muito baixos.

A premissa de que existem segmentos comunitários significativos porém "invisíveis" deve orientar a coleta de informação relativa às organizações. A atenção prestada a esses segmentos no momento de planejar e realizar a coleta dos dados é um primeiro passo para a elevação de seu status social e para o fortalecimento de sua associatividade, especialmente quando a comunidade está devidamente envolvida no processo.

O desenvolvimento agrícola, voltado exclusivamente para o aumento da produtividade, pode ser alcançado sem a participação dos grupos organizados das comunidades. Mas, os objetivos do desenvol-

vimento rural eqüitativo e inclusivo podem ficar muito comprometidos quando esses grupos são ignorados ou quando as ações praticadas são insuficientes para fortalecê-los.

1.4. Unidade Familiar, Unidade Produtiva e Grupo Doméstico.

Os conceitos "unidade familiar", "unidade produtiva" e "grupo doméstico" estão tão relacionados que acabam sendo usados como se fossem idênticos e intercambiáveis. Porém, a distinção entre eles passa a ser muito importante no momento de identificar e colher as informações necessárias para orientar a gestão empresarial e apoiar o trabalho efetivamente realizado e/ou o projeto produtivo de todas as mulheres e homens.

Unidade produtiva é o conjunto de meios que fazem possível a produção. Neste conjunto estão incluídos não apenas a terra, a água, os instrumentos e os insumos, mas também a moradia e os trabalhadores e trabalhadoras remunerados e não remunerados. A **unidade familiar** é o grupo de pessoas que estão relacionadas por laços de casamento (esposo/esposa) ou de sangue (pai, mãe, irmão e irmã, avó, neto, etc). Comparando a **unidade produtiva** e a **unidade familiar** vê-se que a diferença entre as duas é muito grande: a primeira é um conjunto de elementos materiais que inclui a força de trabalho e a segunda é um grupo de pessoas relacionadas pelo parentesco.

Já o **grupo doméstico** é constituído pelas pessoas que vivem sob o mesmo teto e que estão incluídas no orçamento familiar. Sendo assim, fica claro que nele se encontram os trabalhadores e trabalhadoras não remunerados da unidade produtiva, que geralmente são parentes entre si. Entretanto, além destes trabalhadores, o **grupo doméstico** também inclui as pessoas que, vivendo sob o mesmo teto, não trabalham na unidade produtiva, como bebês, doentes e aqueles que trabalham parcial ou integralmente fora da unidade produtiva.

Comparando a **unidade familiar** e o **grupo doméstico** constata-se que a primeira é um grupo de pessoas relacionadas pelo parentesco enquanto o segundo é um grupo de pessoas que moram sob o mesmo teto. O **grupo doméstico** pode conter a totalidade da **unidade familiar** e sempre inclui pelo menos parte da mesma. Mesmo assim, é importante manter a diferença entre os dois porque o **grupo doméstico** pode incluir pessoas que não pertencem à **unidade familiar**, como é o caso de outros parentes, de afilhados, de agregados e de trabalhadores contratados.

É importante salientar também que a força de trabalho de vários **grupos domésticos** pode vir a ser somada para satisfazer as demandas de uma única **unidade produtiva**, como no caso de filhos casados de pais anciões.

As unidades importantes para a coleta de informação são o **grupo doméstico** e a **unidade produtiva** visto que o que interessa conhecer é o envolvimento dos homens e das mulheres de diferentes idades em atividades econômicas, sejam elas realizadas no âmbito da **unidade produtiva** ou fora da mesma, como no caso do trabalho assalariado, do comércio e da pequena venda de artigos artesanais e alimentos processados.

Todos os estudos sobre o campesinato ou pequena produção familiar acentuam que nesse tipo de produção a composição da **unidade familiar** é de grande importância porque ela é, ao mesmo tempo, a força de trabalho e o grupo de consumo⁹. Muito embora essa imagem clássica do campesinato guarde pouca correspondência com a produção familiar da era da modernização da agricultura, o Cadastro de Grupos Domésticos e Unidades Produtivas registra cuidadosamente a composição de cada unidade familiar.

⁹ Sendo o mais notável The Theory of Peasant Economy, de Alexander V. Chayanov, organizado por Daniel Thorner, Basile Kerblay and R.E.F. Smith e publicado pela American Economic Association em 1966.

A informação detalhada sobre as unidades produtivas e sobre as atividades que cada um dos membros do grupo doméstico desempenha dentro e fora dela é da maior importância para tomar decisões a respeito de qual a população a ser diretamente beneficiada. Sabe-se que o trabalho produtivo das pequenas unidades agrícolas é realizado pelos membros do grupo doméstico, sejam eles homens, mulheres, crianças ou anciões. Entretanto, via de regra, na execução dos projetos atribui-se ao sujeito masculino chefe de família o papel de representante do grupo doméstico na sua totalidade e de responsável pelas atividades desenvolvidas por todos os seus componentes. Desta forma, a informação, o crédito, o treinamento e a assistência técnica são dirigidos exclusiva ou preferencialmente ao chefe de família, mesmo que nem sempre seja ele a pessoa mais adequada para receber e socializar estes benefícios. Além disso, quando o grupo doméstico que realiza a produção não tem um homem chefe de família corre o risco de simplesmente não receber nenhum desses benefícios.

Informações precisas sobre as atividades específicas que cada membro do grupo doméstico desempenha podem vir a contribuir para a correção desta situação, na medida em que sejam utilizadas para conscientizar tanto os membros das comunidades quanto os próprios técnicos das instituições envolvidas.

2. CADASTRO DE GRUPOS DOMÉSTICOS E UNIDADES PRODUTIVAS.

O Cadastro de Grupos Domésticos e Unidades Produtivas é, idealmente, um questionário elaborado e aplicado por membros da comunidade e respondido por todos os membros adultos de cada um dos grupos domésticos, reunidos separadamente para esse fim.

Note-se que no caso de existir algum projeto implantado, o questionário deve ser respondido tanto por aqueles que já estão associados ao projeto quanto por aqueles que ainda não foram incorporados ao mesmo. Este procedimento permite avaliar o desempenho do projeto através da comparação e estimar suas possibilidades de ampliação e diversificação.

A elaboração e aplicação do questionário requer o envolvimento de pelo menos um técnico treinado em metodologia de levantamento e de membros da comunidade que contem com nível educacional não inferior ao primeiro grau completo. Geralmente os mais jovens cumprem com esta exigência educacional ao mesmo tempo que desenvolvem grande entusiasmo quando bem treinados e motivados. Na ausência improvável de um pequeno grupo comunitário o suficientemente educado como para participar da elaboração e aplicação do questionário, técnicos e/ou entrevistadores contratados podem realizar essas atividades. Nestas circunstâncias, diversos grupos comunitários devem ser convocados para discutir os objetivos da elaboração do cadastro e as diversas informações nele contidas.

Afirmou-se antes que a coleta de informação oferece uma oportunidade para que as comunidades façam uma reflexão e tomem consciência sobre a importante contribuição do trabalho realizado pelas mulheres e sobre as possibilidades democratizantes do desenvolvimento rural. Essa oportunidade é maximizada quando o questionário é respondido pelos membros adultos de cada grupo doméstico, reunidos para esse fim. Entretanto, esse procedimento ideal pode ser modificado pelo menos de duas maneiras: a) aplicação do questionário em reunião dos membros adultos de um número limitado de

grupos domésticos e b) aplicação do questionário apenas ao casal.

O Cadastro de Grupos Domésticos e Unidades Produtivas apresenta cinco grandes linhas informativas: a) Características dos grupos domésticos, b) Características das unidades produtivas, c) Relações com o mercado, d) Relações com o meio ambiente e, d) Condições de vida. Mostra-se a seguir o conteúdo de cada uma dessas grandes linhas e o modo como elas podem ser tratadas para garantir uma coleta de dados desagregada por sexo/gênero e idade.

2.1. Caraterísticas dos Grupos Domésticos.

O cadastro se inicia com uma tabela onde o nome de cada um dos membros do grupo doméstico é enumerado em ordem decrescente de idade, resultando assim que a cada um deles se atribui um número de ordem. Para cada um deles se registra, na mesma tabela, o sexo, a idade, se é associado ou não ao projeto, a relação (de parentesco ou qualquer outra) que guarda com o(a) responsável pela unidade produtiva e o nível de instrução.

MEMBROS DO GRUPO DOMÉSTICO.

No. de Ordem	Nome	S e x o	I d a d e	Associa- do(a)?	Relação com o(a) asso- ciado(a)	Ins- trução
01						
02						
etc.						

O número de ordem recebido por cada um dos membros do grupo doméstico se mantém numa série de tabelas subseqüentes que registram fatos e comportamentos que geralmente apresentam forte relação com as diferenças de sexo/gênero e idade. Uma dessas tabelas apresenta-se a seguir, como exemplo:

ATIVIDADE PÓS-COLHEITA: DIVISÃO DO TRABALHO NO GRUPO DOMÉSTICO

No. de Ordem	Transporte interno	Preparo	Armazenamento	Transporte	Venda	Outros
01						
02						
...						

2.1.1. Divisão do Trabalho no Grupo Doméstico.

Esta tabela registra a divisão do trabalho entre os diversos membros do grupo doméstico no que diz respeito à realização de atividades específicas.

Como "trabalho" é qualquer atividade que seja necessária à realização da produção, registram-se aqui todas as atividades (produtivas ou reprodutivas) que contribuam, direta ou indiretamente, para a produção de um bem. É importante sublinhar a necessidade de se explicar muito clara e insistentemente que todas as atividades devem ser registradas porque, como se viu anteriormente, o trabalho das crianças, tal como acontece com o das mulheres, não 'e levado em conta ou é considerado simples "ajuda".

Para evitar eventuais imprecisões a esse respeito é bom considerar que o trabalhador é um membro ativo do grupo doméstico. Membro ativo é toda pessoa que desenvolve, ainda que intermitente ou compartilhadamente, alguma tarefa necessária para a realização da produção ou da reprodução da força de trabalho. Nesse sentido, devem ser consideradas, inclusive, as crianças menores de seis anos que realizam algum tipo de trabalho, como varrer o quintal e cuidar dos animais.

O trabalho mais ignorado é aquele requerido pelas atividades que garantem a reprodução da vida das pessoas. Entre elas podem ser destacadas:

- Cultivos de quintal tais como hortas, pomares e plantas medicinais.
- Cuidado das crianças, dos velhos e dos doentes.
- Educação de crianças.
- Preparação de alimentos.
- Limpeza da casa e do quintal.
- Confecção de roupas.
- Lavagem de roupas.
- Suprimento de água.
- Deposição de lixo.
- Apanha de lenha e água.

Também são ignorados uma série de trabalhos lucrativos que se realizam no âmbito da casa e do quintal. Estas atividades, de importância para o orçamento doméstico, realizam-se paralelamente à da produção principal e são normalmente praticadas pelas mulheres e crianças. Entre elas incluem-se:

- O pequeno comércio, como a venda de produtos industrializados feita no domicílio e a da pipoca feita nas palhoças em dias de festa.
- Atividades assalariadas cujo rendimento é destinado para cobrir parte das despesas domésticas.
- Cuidados de animais pequenos como galinhas e cabras.
- Processamento de alimentos no âmbito doméstico, como a feitura de queijos e de dindin.
- Preservação de alimentos, como a feitura de carne de sol.
- Manufaturas diversas, como esteiras, redes, utensílios domésticos e instrumentos de trabalho.

Atenção especial deve ser dada às atividades paraproductivas que são aquelas que, mesmo dando apoio à produção principal, são largamente ignoradas. Entre elas cabe mencionar:

- O trabalho realizado nos campos de cultivo da unidade produtiva produtiva ao longo de todo o ciclo agrícola que, por ser considerado simples "ajuda", não aparece como trabalho necessário.
- Atividades assalariadas cujo rendimento é investido na unidade produtiva.
- Limpeza e seleção de sementes para cultivo ou venda.

- Criação de animais como fundo de poupança para a aquisição de terra.
- Confeção e conserto de instrumentos e ferramentas de trabalho.
- Preparação de alimentos para trabalhadores contratados.

Muitas das atividades realizadas no âmbito da unidade produtiva são ideal e praticamente divididas por sexo, como a criação de gado, pelos homens, e a de cabras, pelas mulheres. Nesses casos, a coleta de informação não apresenta dificuldade. Entretanto, existem outras atividades, tais como a lavoura, que atribuídas idealmente aos homens adultos, são, de fato, realizadas por outras pessoas ou por todos os membros do grupo doméstico. Nestes casos, uma observação cuidadosa poderá mostrar que a divisão do trabalho por sexo e idade existe não por atividade mas por tarefas implicadas na realização da atividade. Na lavoura, por exemplo, o desmatamento, a destoca, a aração, a adubação e a gradagem são tarefas claramente masculinas, enquanto o plantio, a limpeza e a colheita são tarefas preferencialmente femininas.

Para quem conhece as orientações culturais e as práticas das zonas rurais brasileiras, as advertências feitas acima podem parecer supérfluas. Entretanto, a prática de campo demonstrou que a coleta de informações confiáveis enfrenta, como já se comentou, enormes dificuldades de ordem cultural tanto por parte dos(as) agricultores(as) quanto por parte dos(as) técnicos(as) das instituições de desenvolvimento.

Feitas as devidas advertências, listam-se, a seguir, as atividades que geralmente apresentam divisão do trabalho por sexo/gênero e idade.

- **Lavoura:** devem ser examinadas todas as tarefas específicas como desmatamento, destoca, aração, gradagem, irrigação, plantio, limpeza, adubação, aplicação de defensivos, e colheita.
- **Cuidado de animais:** devem ser considerados, para as diferentes espécies de animais, cuidados tais como banho,

fornecimento de água e aqueles envolvidos para alimentá-los, como mudança de local e transporte de forragem e sobras de alimentos.

- **Processamento e preservação de alimentos:** raízes (farinha de mandioca), frutas (doces caseiros), vegetais (doces caseiros), cereais (fubá, xerém), animais (salame, banha, pescado defumado, carne de sol).

- **Comercialização:** deve ser incluída a comercialização de todos os bens produzidos na unidade produtiva, incluindo-se, além dos produtos agrícolas, todos os animais (bovinos, suínos, ovinos, caprinos, galinhas e outras aves), os produtos processados (farinha, queijo, doces, etc.), os artefatos artesanais (utensílios, roupas, esteiras, redes, etc.) e a lenha. Na comercialização inclui-se ainda a venda de produtos industrializados (mercearias, bares e pequena venda domiciliar), o transporte de pessoas e mercadorias e qualquer outras vendas ou trocas.

- **Pesca:** apanha diferenciada por sexo de diferentes espécies, como no caso das mulheres serem "marisqueiras" e os homens pescadores de alto mar.

- **Manufaturas:** redes, cestos, vassouras, utensílios domésticos, esteiras, instrumentos, ferramentas e artefatos artesanais.

- **Trabalho doméstico:** cuidado de crianças, cuidado de doentes, preparação de alimentos, limpeza da casa, lavagem de roupa, limpeza do quintal, cuidado de hortas e pomares, apanha de água, corte e apanha de lenha.

- **Trabalho assalariado:** sobre este tipo de trabalho é importante distinguir se é permanente ou temporário bem como o local onde se realiza (se na comunidade, na cidade vizinha ou em outro estado) e o setor de atividade.

2.1.2. Disponibilidade de Força de Trabalho do Grupo Doméstico.

O tempo de trabalho investido por homens e mulheres dentro e fora da unidade produtiva é uma das informações mais importantes para avaliar a capacidade dos projetos produtivos de empregar a força de trabalho disponível e para programar suas possibilidades de expansão.

Trata-se de calcular o número de dias/pessoa trabalhados por mês ao longo de um determinado período de tempo que, idealmente, é um ano. A informação que se procura é **quantos dias/pessoa** foram investidos mensalmente por cada membro do grupo doméstico na **unidade produtiva e fora dela**.

Esta informação têm-se provado muito difícil de obter porque a proporção de trabalho investido dentro e fora da unidade de produção não é nada constante, variando conforme varia o calendário agrícola. Além disso, as pessoas mostram grande dificuldade de lembrar o tempo que investiram em diferentes atividades feitas um mês atrás quanto mais quando se trata de lembrar o que fizeram seis meses ou um ano atrás.

As dificuldades se multiplicam quando além do tempo investido em atividades produtivas se deseja medir também a participação dos diferentes membros do grupo doméstico no trabalho reprodutivo. O trabalho doméstico é refratário à medição tanto pela sua extrema segmentação quanto pelo fato de que perante trabalhos concretos (como alimentar animais com as sobras da cozinha) freqüentemente é difícil decidir se trata-se de trabalho doméstico (disposição do lixo) ou de trabalho produtivo (alimentação de animais).

Existem algumas soluções para obter essa informação. A que oferece maior precisão é o registro cotidiano feito por cada um dos grupos domésticos (ou por alguns deles) sobre as atividades de cada um dos seus membros durante um ano. Porém, no caso do instrumento de coleta ser um questionário, o período de observação deve ser sensivelmente reduzido em favor da obtenção de dados mais acurados. Esse período pode ser o do "ultimo cultivo" realizado (desde a preparação do solo até a comercialização), no caso das atividades produtivas, e a "ultima semana" no caso das atividades reprodutivas. Assim mesmo, convém tomar providências para a ativação da memória. Uma das estratégias que têm-se provado bastante eficaz é obter essa informação com o grupo doméstico reunido de modo que uns ajudem os outros a lembrar o que fizeram. Nestas situações, as

lembranças de até mesmo crianças bem pequeninas são de grande auxílio.

As soluções acima apontadas não dispensam, no caso do trabalho reprodutivo, um cuidadoso levantamento de informação através do exame aprofundado de alguns casos.

2.1.3. Controle de Bens e Recursos Produtivos pelos Membros do Grupo Doméstico.

Trata-se de identificar quem, dentre os membros do grupo doméstico, detem o controle, uso ou "posse" dos diversos recursos de produção. Entre esses recursos levam-se em consideração aqueles envolvidos na produção agrícola e artesanal (como terra, crédito, máquinas e equipamento, implementos manuais, animais de tração, insumos), os animais de pequeno e grande porte, e os recursos naturais (como madeira, lenha, alimentos e outros produtos silvestres, forragens, árvores e plantas medicinais).

Note-se que não se trata de saber quem detem a propriedade formal destes bens e recursos produtivos, que na maioria das vezes é o chefe da unidade familiar, mas sim de identificar quem detem o controle efetivo. Um dos fatores que condiciona o controle de bens e recursos é o desempenho de papéis produtivos diferentes baseados no sistema sexo/gênero e idade, isto é, o controle dos recursos produtivos relaciona-se com a divisão sexual e etária do trabalho. Assim, por exemplo, o homem adulto pode ser o "dono" da terra, das máquinas e do gado enquanto a mulher adulta pode ser a "dona" das pequenas vendas, das hortas, dos porcos, das cabras e das galinhas.

A utilização dos diversos recursos naturais obedece também à atribuição de papéis produtivos por sexo/gênero e idade. Assim, o uso de frutas e grãos silvestres para alimentação, de ervas para medicina caseira e de lenha para combustível pode estar mais estreitamente relacionado com a mulher em virtude de seu papel de

responsável pelo preparo de alimentos. Em conformidade com as atividades masculinas, pode-se pensar que os homens relacionam-se mais com a madeira para construção e confecção de ferramentas e utensílios. A forragem para animais, por sua vez, deverá ser mais manuseada pelas pessoas responsáveis pelo cuidado de animais que, conforme o tipo de animal criado, podem ser mulheres e crianças (no caso de cabras) ou homens (no caso de gado). A arborização resultante do plantio de árvores no quintal pode ser uma atividade das mulheres, enquanto que aquela decorrente da necessidade de sombreamento ou de controle do vento pode ser uma atividade masculina.

2.1.4. Capacitação dos Membros do Grupo Doméstico.

Trata-se de identificar aqui o acesso diferenciado dos diversos membros do grupo doméstico à capacitação (técnicas produtivas, manejo de equipamento, técnicas comerciais e técnicas gerenciais) e aos serviços de apoio à produção (assistência técnica, pesquisa, assistência gerencial e em cooperativismo). Além da capacitação e apoio recebidos, é importante registrar que tipo de assistência técnica é desejada.

Esta informação é importante porque além de permitir estimar a demanda potencial de treinamento e capacitação, permite também avaliar o nível de participação feminina. A este respeito deve ser notado que as mulheres são geralmente afastadas das atividades que tradicionalmente desenvolveram devido a que a capacitação em novas tecnologias é, via de regra, dirigida somente aos homens.

2.1.5. Uso do Dinheiro pelos Membros do Grupo Doméstico.

Pretende-se identificar a atribuição de responsabilidades entre os membros do grupo doméstico, através da informação sobre o uso que cada um deles faz do dinheiro de que dispõe, qualquer que seja sua proveniência (da venda da produção doméstica, de outras

vendas, da prestação de serviço, ou ainda do salário). As responsabilidades ou obrigações dos diversos membros do grupo doméstico de arcar com determinados gastos baseia-se na atribuição de papéis familiares. Assim, por exemplo, aos homens/pais de família poderiam caber as despesas relativas à produção agrícola (como a aquisição de terra, equipamentos e insumos e a compra de gado) e os gastos com alimentação. Já às mulheres/mães/esposas poderiam caber as despesas com roupas e calçados para a família toda, bem como a aquisição de utensílios domésticos. A remuneração pelo trabalho assalariado, por sua vez, pode ser preferencialmente usada pela pessoa que o recebe para adquirir bens de uso pessoal, podendo, na medida da urgência, ser empregado também para atender às necessidades produtivas e reprodutivas do grupo doméstico.

2.1.6. Participação dos Membros do Grupo Doméstico na Tomada de Decisões.

Conhecer a participação real dos diferentes membros do grupo doméstico no processo de tomada de decisões é um dos assuntos que interessa registrar para poder identificar quais são as pessoas que melhor podem contribuir com a adoção de novas práticas e tecnologias. Procura-se saber quem decide sobre as alternativas produtivas (o que e o quanto produzir? quais insumos, sementes e tecnologia utilizar? quem deve realizar o trabalho necessário?) sobre a venda dos produtos (quanto, a quem e a que preço vender?) e sobre a disposição da renda (o que fazer com o ganho?).

Estas informações devem ser obtidas com cautela porque frequentemente a primeira resposta dada é que cabe ao homem/chefe de família tomar esses tipos de decisões quando, na realidade, das tomadas de decisões também participam a esposa e outros membros da unidade familiar.

2.1.7. Fatores que Limitam a Participação dos Membros do Grupo Doméstico na Produção.

Trata-se de identificar os fatores, de ordem cultural, legal ou prática, que dificultam ou impedem o acesso de membros específicos da unidade familiar aos meios de produção e aos serviços de apoio à produção. Dentre esses fatores limitantes encontram-se os impedimentos legais (de acesso à posse de terra, a empréstimos bancários e à filiação em cooperativas, associações e sindicatos), o treinamento discriminativo (em técnicas agrícolas, atividades de administração e contabilidade, em procedimentos relativos a assembleias e reuniões formais) e a insuficiência educacional que impede a compreensão dos materiais de extensão e dificulta o preenchimento de formulários e o estabelecimento de contatos burocráticos. A estas limitações somam-se as dificuldades que as mulheres enfrentam (por falta de preparo ou de autodeterminação) para participar de reuniões ou oficinas e de estabelecer contatos com os agentes masculinos das instituições de desenvolvimento agrário.

2.1.8. Participação dos Membros do Grupo Doméstico em Organizações.

Trata-se de registrar de que tipo de grupo(s) associativo(s) os diversos membros do grupo doméstico participam. Esta informação permite, em primeiro lugar, identificar as organizações que existem na comunidade e, em segundo lugar, avaliar o nível de associatividade das mulheres e homens de diversas idades.

A respeito dessa informação é importante levar em conta que os grupos associativos podem ser formais ou informais e que podem ter sido constituídos para alcançar qualquer finalidade. Entretanto, deve-se prestar atenção especial aos grupos informais porque, como já foi comentado na primeira parte deste Guia, a associatividade feminina tende a se desenvolver de maneira pouco formalizada.

2.2. Características das Unidades Produtivas.

Esta linha informativa focaliza a unidade produtiva enquanto o conjunto de meios que fazem possível a produção. Neste conjunto, como já se disse, estão incluídos não apenas a terra, a água, os instrumentos e os insumos, mas também a moradia e os trabalhadores e trabalhadoras remunerados e não remunerados de que a unidade produtiva se serve.

2.2.1. Controle, Características e Ocupação da Área.

Trata-se de levantar informações sobre a área de que a unidade produtiva dispõe (somadas as áreas a que os diferentes membros do grupo doméstico têm acesso individualizado) bem como a área cedida a parentes e a pessoas de outros grupos domésticos. Quando as variações de umidade do solo são marcadas (como no caso de sequeiro e irrigados) estas informações devem ser levantadas levando em conta essas variações. Igualmente importa levar em consideração a forma de acesso à terra (propriedade, arrendamento, parceria, etc.) e o uso diferenciado do solo conforme suas características naturais, como relevo, vegetação e fertilidade.

2.2.2. Produção de Todo Tipo de Bens e Serviços.

Trata-se de levantar informações sobre os bens e serviços produzidos pela unidade produtiva. Deve-se considerar todos os cultivos (temporários ou permanentes), as árvores, os produtos silvestres, os animais (grandes e pequenos), os produtos de horta ou quintal para autoconsumo ou venda (hortaliças, frutas, flores e plantas ornamentais), os produtos processados pelo grupo doméstico para venda ou autoconsumo (farinha de mandioca, fubá, xerém, doces caseiros, etc), os derivados da produção animal (ovos, leite, queijo, manteiga, banha, etc.), as sementes, os utensílios domésticos, as ferramentas de trabalho e os artefatos artesanais.

2.2.3. Meios de Produção.

Trata-se de registrar os meios de produção disponíveis para a realização de todas as atividades produtivas. Devem ser registradas as fontes de água, as plantações permanentes, as matas e a matéria prima para a produção artesanal. Também é necessário registrar os implementos agrícolas manuais (como foice, enxada, machado, picareta e instrumentos usados no trabalho artesanal), o uso de tração animal, o uso de máquinas (como colhedeira, adubadora, moto-bomba, conjunto de irrigação, máquina de tear, máquina de costura, etc.) e caminhões. Igualmente importante é o registro do capital disponível, do crédito e empréstimos (inclusive informais) e o uso de mão-de-obra familiar e contratada.

2.2.4. Serviços de Apoio à Produção.

Interessa saber quais são os serviços de apoio à produção utilizados pela unidade produtiva, em termos de assistência técnica e extensão rural, de pesquisa agropecuária e extrativista, de capacitação (inclusive em administração e contabilidade), de cooperativismo ou outras formas associativas, e de infra-estrutura de comercialização, como transportes e comunicações.

2.2.5. Tecnologia Utilizada.

Devem ser identificados o uso de insumos (semente selecionada, adubo orgânico, adubo químico), os tipos de tração utilizados nas diversas atividades de plantio (desmatamento, destoca, aração, gradagem, plantio, limpeza, adubação, pulverização e irrigação), de colheita e de beneficiamento (despulpamento, debulhamento, descaroçamento e enfarinhamento). Também devem registrar-se as práticas pecuárias adotadas (vacina, tratos sanitários, rotação de pasto, suplementação alimentar, confinamento, etc).

2.3. Relações com o Mercado.

Esta linha informativa focaliza as vendas (ou trocas) realizadas nos últimos 12 meses. Inclui-se a venda de todo tipo de bem produzido na unidade produtiva (matéria-primas e produtos agrícolas, animais, produtos processados pelo grupo doméstico, derivados de animais, produtos silvestres, hortaliças, frutas, flores, plantas ornamentais, produtos artesanais, instrumentos e ferramentas de trabalho, utensílios domésticos, etc.). Também estão incluídas as vendas de produtos manufaturados que são revendidos.

Incluem-se ainda nesta linha informativa dados referentes à infra-estrutura disponível para o armazenamento, transporte e comunicações.

2.4. Relações com o Meio Ambiente.

Esta linha informativa focaliza os recursos naturais utilizados tanto para uso doméstico como para a produção, como:

- Madeira para construção, ferramentas e utensílios.
- Lenha para combustível.
- Alimentos como frutas, nozes, sementes, óleos, mel.
- Outros produtos silvestres como tintas, resinas, goma, materiais para confecção de esteiras, redes, cadeiras.
- Ervas medicinais.
- Forragem para animais.
- Árvores para sombreamento.

Esta linha informativa também inclui o registro das fontes de energia utilizadas nas tarefas domésticas e na produção (lenha, resíduos agrícolas, estrume, biogás, solar), das combinação de atividades agrícolas com reflorestamento que são desenvolvidas (consorciamento de culturas, pastagem e forragem, cultivos com pequena criação, arborização do quintal com árvores de usos diversos, arborização para controle do vento) e das providências tomadas para a reposição dos recursos naturais (controle do desmatamento e das queimadas, cuidados com a erosão do solo, correção de solos,

construção de terraços, adubação verde, adubação orgânica, plantio direto, controle biológico de pragas, biodigestor, consorciamento de culturas, etc.).

Nesta linha informativa registram-se ainda os recursos naturais cuja escassez é percebida como sendo grave, tais como água, alimentos naturais, forragem, combustível, fertilizantes de biomassa e outros produtos silvestres.

2.5. Condições de Vida das Famílias.

Esta última linha informativa objetiva identificar a qualidade de vida das famílias no que se refere às características da moradia, às condições de saúde e aos níveis nutricionais.

Sobre a moradia registra-se o tipo de construção, número de cômodos e de quartos de dormir, abastecimento de água, tipo de energia utilizada, eliminação do lixo, eliminação de águas usadas e dejetos, equipamentos domésticos, banheiro e sanitário dentro de casa, filtro.

Nas condições de saúde inclui-se o registro dos membros do grupo doméstico que tiveram problemas de saúde no último ano, a atitude tomada perante esses problemas, a invalidez, as deficiências física e/ou mental, a realização de exame ginecológico e pré-natal por parte das mulheres, a vacinação de crianças menores de cinco anos, etc.

A respeito dos níveis nutricionais deseja-se saber o número de refeições que se fazem normalmente por dia, o número de vezes por semana que se comem determinados alimentos (carne, peixe, açúcar, leite, ovos, derivados de leite, verduras, legumes e frutas), e a quantidade semanal de leite consumida pelas crianças menores de cinco anos.

3. METODOLOGIAS COMPLEMENTARES.

As informações do Cadastro de Grupos Domésticos e Unidades Produtivas, mesmo sendo as mais básicas da coleta de informação, não são suficientes já que, como todo questionário, o cadastro favorece a coleta de informações quantitativas comparáveis mas sacrifica a obtenção de informações detalhadas sobre o cotidiano das pessoas e sobre o modo como elas interpretam os fatos de sua existência. Além disso, em situações de contato estabelecido através de perguntas predefinidas, a resposta idealizada tende a ser a única a aparecer, justamente por ser também a resposta autorizada. Por essas razões, a prática social (ou conduta efetiva) de todos os segmentos comunitários, mas particularmente de aqueles que ocupam posições subordinadas, é difícil de conhecer através da aplicação de questionários.

Informações mais detalhadas sobre os grupos associativos existentes também devem ser obtidas separadamente do cadastro porque as pessoas que as devem oferecer não são os membros dos grupos domésticos mas os membros dessas associações e as lideranças comunitárias.

Esta terceira parte do Guia oferece uma série de sugestões para se obter informações complementares ao cadastro, bem como melhores informações sobre os grupos associativos.

3.1. Informações Complementares ao Cadastro.

Informações aprofundadas sobre as práticas sociais e sobre o modo como os diferentes segmentos sociais as interpretam podem ser obtidas através da aplicação de diversas metodologias antropológicas. Dentre elas, o "estudo de casos" é particularmente adequado por ser de aplicação mais simples e por focalizar os segmentos significativos da comunidade.

Os estudos de caso devem ser realizados preferencialmente por membros da comunidade organizados para esse fim. A criação, por exemplo, de um núcleo que promova a realização da pesquisa e a discussão dos resultados da mesma seria de grande valor não apenas para se obter uma boa informação mas, principalmente, para promover a autocrítica comunitária. Entretanto, dependendo das circunstâncias, tanto os técnicos das instituições que promovem o desenvolvimento quanto profissionais contratados por elas podem conduzir os estudos de caso, sempre que a comunidade seja cuidadosamente envolvida no processo.

O estudo de caso consiste em estabelecer uma interlocução com membros selecionados das comunidades para conhecer os fatos do cotidiano nos termos em que são enunciados e entendidos por eles(as) mesmos(as). Este procedimento requer do pesquisador uma postura comunicativa, marcada fortemente pelo respeito, pela capacidade de escuta e pelo registro fiel dos significados emitidos pelas pessoas nos seus discursos. O registro fiel das palavras usadas pela pessoa com quem se estabelece a interlocução é fundamental. É de pouca utilidade registrar, por exemplo, que:

"a entrevistada disse que teve sete filhos e que dentre eles três morreram",

quando o que realmente foi dito é que:

"Dois ainda estão aqui em casa. Uma é casada e trabalha na roça da gente e o outro foi embora de modo a ganhar a vida, anda pelo mundo. Somente esses quatro deixou Deus no mundo dos sete filhos que tive."

O registro do que efetivamente foi dito revela as circunstâncias em que os acontecimentos se deram e o valor que se atribui aos mesmos. Essas circunstâncias e valores são pistas importantes para chegar a outros acontecimentos significativos. No exemplo dado, o número de filhos vivos e mortos é apenas uma parte pequena da informação dada pela pessoa. O fato da filha casada trabalhar na roça dos pais aponta para a prática de uma só unidade produtiva

contar com a força de trabalho de vários grupos domésticos. Além disso, a sentença também enfatiza nas razões da migração dos jovens e na determinação divina.

O espaço de tempo coberto pelo estudo de caso não deve ser menor a uma semana e idealmente deve cobrir o período do calendário agrícola. Entretanto, a definição da unidade de tempo depende muito das circunstâncias e dos recursos disponíveis porque quanto mais longo o tempo coberto mais entrevistas deverão ser realizadas com cada pessoa selecionada. Sempre é recomendável encontrar um ponto de compromisso entre encurtar o período para facilitar a coleta de informação e alongá-lo para obter uma informação mais acurada.

Como o objetivo do estudo de caso não é conhecer o cotidiano da pessoa específica com quem se dialoga mas, através dela, conhecer o cotidiano das pessoas que fazem parte do mesmo segmento social, a seleção de interlocutores(as) deve basear-se na identificação prévia dos segmentos significativos da comunidade. Estes segmentos podem ser identificados previamente sem tomar em consideração as características específicas da comunidade. Entretanto, a coleta de dados feita para informar a perspectiva de gênero requer uma identificação mais detalhada desses segmentos. Como para isso é necessário o conhecimento prévio das características da comunidade, é desejável que a identificação dos segmentos seja feita somente depois de concluída a análise dos dados do Cadastro de Grupos Domésticos e Unidades Produtivas ou, pelo menos, que seja assessorada pelos técnicos que acompanham a implementação do projeto em campo e por lideranças da comunidade.

Como já se viu na primeira parte do Guia, os segmentos das comunidades encontram seu fundamento real na experiência compartilhada de seus membros e não na sua expressão formal. Para identificá-los é necessário levar em conta, pelo menos, o sexo/gênero, a idade, o status familiar e o tipo de ocupação. A título de exemplo, mostram-se na figura da página seguinte os segmentos de uma

comunidade imaginada, onde existem quatro ocupações. Essas ocupações são desempenhadas por um número significativo de:

1. Meninos que trabalham exclusiva ou principalmente na lavoura familiar.
2. Meninas que trabalham na lavoura familiar e nas atividades domésticas.
3. Homens solteiros que realizam exclusiva ou principalmente trabalho assalariado agrícola.
4. Mulheres solteiras que realizam exclusiva ou principalmente trabalho assalariado doméstico.
5. Mulheres solteiras que realizam exclusiva ou principalmente trabalho assalariado agrícola.
6. Homens casados que trabalham exclusivamente na lavoura familiar.
7. Homens casados que realizam exclusiva ou principalmente trabalho assalariado agrícola.
8. Mulheres casadas que trabalham na lavoura familiar e nas atividades domésticas.
9. Anciões que trabalham na feitura de esteiras artesanais.

SEXO e IDADE	O C U P A Ç Õ E S				
	Lavoura Familiar	Lavoura Familiar e Atividades Domésticas	Trabalho Assalariado Doméstico	Trabalho Assalariado Agrícola	Artesanato
Meninos	1				
Meninas		2			
Solteiros				3	
Solteiras			4	5	
Casados	6			7	
Casadas		8			
Anciões					9

Identificados os nove segmentos, se procederá à seleção de pelo menos uma das pessoas que compõem cada um deles para, com elas, realizar os estudos de caso. Como a interpretação que as pessoas dão aos fatos é marcada pelas atividades que realizam, esse

procedimento informa não apenas sobre as condições objetivas dos membros do segmento mas também sobre as representações, explicações e expectativas que compartilham.

Como o estudo de caso é uma interlocução, o conteúdo da conversa é largamente imprevisível. Entretanto, em conformidade com os fins perseguidos, pode-se antecipar que se trata de uma conversação sobre todas as atividades que a pessoa realiza, mas, principalmente sobre aquelas que compõem a jornada de trabalho. Três informações a respeito das atividades são particularmente importantes:

- Atividades produtivas e reprodutivas que desempenha e o tempo requerido para a realização de cada uma delas.
- Espaços comunitários onde cada uma dessas atividades é realizada e a distância entre estes espaços, e
- Relações estabelecidas com outras pessoas para o fim de realizar cada atividade. Dito de outro modo, a rede de relações de todo tipo (como de gênero, de parentesco, de compadrio, étnicas, religiosas, políticas, etc.) que são mobilizadas para esse fim.

O conjunto de estudos de caso resultante pode ser de grande importância para estimar a participação relativa dos diferentes segmentos femininos e masculinos na realização dos trabalhos produtivos e reprodutivos. Como o trabalho doméstico é refratário à medição exata, uma solução menos frustrante é medir os tempos investidos nas diferentes atividades em termos da suas magnitudes comparadas. Em outras palavras, trata-se de estimar em termos proporcionais quanto trabalho reprodutivo e produtivo foi realizado pela mesma pessoa em momentos diferentes do ciclo agrícola. Isto porque as pessoas geralmente não podem precisar o número de horas gastas numa determinada atividade, mas quase sempre podem dizer qual foi a atividade que demandou mais tempo e com base nela

estimar, em termos proporcionais, o tempo demandado pelas outras. A título de exemplo, do exame do caso de uma mulher pode se concluir que durante a colheita a maior parte do seu tempo de trabalho foi investido na lavoura e que o trabalho doméstico representou uma terceira parte desse tempo. Porém, durante o período de preparação da terra para o seguinte cultivo a maior parte de seu tempo foi investido no trabalho doméstico e a menor parte na lavoura porque aproveitou a "folga" para tecer e costurar. Quando estas proporções são comparadas com as proporções reveladas pelos outros estudos de caso de mulheres e homens pode-se obter um quadro da magnitude da participação feminina e masculina em diferentes atividades.

3.2. Identificação de Grupos Associativos.

A identificação dos grupos associativos implica também uma coleta de informação complementar ao cadastro. Trata-se de identificar todo grupo associativo que possa vir a se constituir em força agregativa para o desenvolvimento. Esses grupos podem reunir pessoas do mesmo sexo ou então de sexo diferente, serem formais ou informais e podem ter objetivos tão diversos como os das associações de produtores, cooperativas, sindicatos, grupos informais de produção, grupos de jovens, grupos de mulheres, clubes de mães, etc.

Como já foi sublinhado na primeira parte, muitos desses grupos associativos podem apresentar elevado potencial de contribuição para o desenvolvimento rural, mas ficam excluídos por não desfrutarem de um elevado prestígio social e conseqüentemente não contarem com uma organização adequada, não possuírem experiência participativa ou não disporem de condições apropriadas de trabalho. Nestes casos, mais do que grupos associativos o que se procura identificar são segmentos comunitários significativos a serem apoiados pelo seu potencial produtivo e de prestação de diversos serviços diversos.

A respeito de todos os segmentos e grupos organizados é necessário obter informações similares, mas estes últimos (como as associações de produtores e as cooperativas) merecem um tratamento um tanto diferenciado, devido ao fato de serem formalizados e perseguirem fins exclusivamente produtivos. A técnica para obter informações sobre este tipo de grupos associativos é mais previsível do que a técnica utilizada para obter informações sobre os grupos associativos informais. Mesmo assim, como o tipo de informação a ser obtida é bastante parecida, o questionário a ser aplicado às organizações formais pode servir de guia para se conhecerem também os grupos associativos que se formam espontaneamente, baseados em interesses comuns e na tradição.

Uma vez identificados os grupos associativos, sugere-se a realização de um registro sobre as características de cada um deles. Essa informação é melhor colhida quando em reunião com o maior número possível dos seus membros, já que a percepção, as atitudes e as expectativas, em geral, variam conforme a posição ocupada pela pessoa no grupo associativo. Caso necessário, a informação poderá ser complementada através de entrevistas individuais com membros selecionados do grupo associativo ou ainda com outras pessoas da comunidade.

Quando os grupos associativos, formais ou informais, são integrados por mulheres e homens, deve-se prestar atenção especial à participação diferenciada por sexo e idade dos seus membros no que se refere às características da organização, às formas como as atividades são administradas e aos critérios que ordenam a filiação, a ocupação de cargos e a atribuição de tarefas.

3.2.1. Caraterísticas da Organização.

Trata-se de identificar as principais características do grupo associativo. Entre essas características, a mais básica é a trajetória do grupo, porque é na prática que originou a associatividade

onde se encontra o sentido de identidade e a força para a ação coletiva. Além da sua origem e trajetória é preciso registrar o nome, o tempo de existência, o caráter formal ou informal, o número de membros por sexo (na sua origem e no presente), a organização estatutária ou tradicional (estrutura de cargos, existência de delegados ou comissões, etc.), o local utilizado para os encontros, a periodicidade de realização de assembléias (ou reuniões de membros) e de reuniões de diretoria, a existência de taxas de contribuição e sua aplicação, a distribuição de tarefas por sexo e idade, o caráter remunerado ou não destas tarefas e o valor da sua remuneração, a existência e a forma de registro contábil, etc.

3.2.2. Objetivos da Associatividade.

Trata-se de identificar quais são os objetivos formais (os estatutários) e os reais (os que realmente orientam a organização) e quais são os objetivos efetivamente atingidos. Importa saber também quais objetivos não foram atingidos e quais são os principais obstáculos para atingí-los.

3.2.3. Organização da Produção.

Trata-se de identificar as atividades econômicas que o grupo associativo desenvolve e o modo como se organiza o trabalho produtivo (se individual, familiar ou coletivamente). Importa saber se os membros da organização realizam algum tipo de trabalho cooperativo e se algum registro é efetuado sobre este tipo de trabalho, bem como o controle sobre o tempo gasto no mesmo. É igualmente importante tomar em consideração o processo de tomada de decisões, o nível de participação dos membros nas decisões e a distribuição dos lucros.

ANEXO 1

FORMATAÇÃO DO CADASTRO DE GRUPOS DOMÉSTICOS E UNIDADES PRODUTIVAS

NOME DO PROJETO:

MUNICÍPIO E ESTADO:

COMUNIDADE:

NOME DO(A) ASSOCIADO(A) OU DOS ASSOCIADOS:

DATA DE PREENCHIMENTO:

1. DADOS SOBRE O GRUPO DOMÉSTICO.

1.1. MEMBROS DO GRUPO DOMÉSTICO (Registro em ordem decrescente de idade)

Nº de Ordem	Nome	Sexo (1)	Idade	Associa- do(a)? (2)	Relação com o(a) Asso- ciado(a) (3)	Instrução (4)
01						
02						
...						

- | | |
|---|---|
| <p>(1)</p> <p>1 Masculino
2 Feminino</p> | <p>(2)</p> <p>1 Sim
2 Não
3 Não se aplica (menor de idade)</p> |
| <p>(3)</p> <p>1 Esposo(a)
2 Filho(a)
3 Genro(nora)
4 Pai(mãe)
5 Sogro(a)
6 Irmão(ã)
7 Neto(a)
8 Sobrinho(a)
9 Tio(a)
10 Primo(a)
11 Agregado(a)</p> | <p>(4)</p> <p>1 Pré-escolar (menos de seis anos)
2 Analfabeto(a)
3 Assina nome
4 1o grau incompleto
5 1o grau completo
6 2o grau incompleto
7 2o grau completo
8 Superior</p> |

1.2 NÚMERO DE FILHOS E RESIDÊNCIA

Primeiro Nome e Sexo	Filhos Mortos e Vivos e Local de Residência dos Vivos						
	Mor-tos	Vi-vos	Residência dos Filhos Vivos (Relativa à Localização do Grupo Doméstico)				
			Mesma Locali-dade	Mesmo Municí-pio	Outro Municí-pio	Outro Estado da Região	Outra Região
M							
F							
M							
F							
.....							

1.3 ATIVIDADES DOS MEMBROS ATIVOS DO GRUPO DOMÉSTICO

Nº de Ordem	La-vou-ra	P e c u á r i a	Peque-na Cria-ção	Tra-balho Do-més-tico	Tra-balho Assa-laria-do	Proces-samento de Alimen-tos	Pes-ca	Arte-sana-to	V e n d a s	Apo-sen-tado	O u t r a s
01											
02											
...											

1.4. DIVISÃO DO TRABALHO DAS ATIVIDADES DA LAVOURA ENTRE OS MEMBROS DO GRUPO DOMÉSTICO (1).

Nº. de Ordem	Des-mata-mento	D e s t o c a	A r a ç ã o	Gra-da-gem	Irri-gação	Plan-tio	Lim-pe-za	Adu-ba-ção	De-fen-sivos	Co-lhei-ta	O u t r a s
01											
02											
...											

(1) Esta informação é simplificada porque refere-se às atividades de qualquer cultivo. Porém, a mesma informação pode ser obtida, mais detalhadamente, para cada tipo de cultivo ou consórcio de cultivos.

1.5. ATIVIDADE PÓS-COLHEITA: DIVISÃO DO TRABALHO ENTRE OS MEMBROS DO GRUPO DOMÉSTICO

Nº. de Ordem	Transporte interno	Preparo	Armaze-namento	Transporte	Venda	Outros
01						
02						
...						

(1) Esta informação é simplificada porque refere-se às atividades de qualquer cultivo. Porém, a mesma informação pode ser obtida, mais detalhadamente, para cada tipo de cultivo.

1.6 PROCESSAMENTO E SELEÇÃO DE SEMENTES(1): DIVISÃO DO TRABALHO ENTRE OS MEMBROS DO GRUPO DOMÉSTICO

Nº. de Ordem	Transporte Interno	Seleção e Preparo	Armazenamento	Outros
01				
02				
...				

(1) Esta informação é simplificada porque refere-se ao processamento e seleção de sementes de qualquer cultivo. Porém, a mesma informação pode ser obtida, mais detalhadamente, para cada tipo de cultivo.

1.7. TRATO SANITÁRIO DE ANIMAIS (1): DIVISÃO DO TRABALHO ENTRE OS MEMBROS DO GRUPO DOMÉSTICO

Nº. de Ordem	Água	Fór- ra- gem	Outros Alimen- tos	Mudan- ça de Pasto	Ba- n- h- o	Va- ci- na- ção	Cas- tra- ção	Ver- mifu- gação	Cui- dados Tra- dicio- nais (2)	Outros
01										
02										
...										

(1) Esta informação é simplificada porque refere-se ao tratamento sanitário dos animais em geral. Porém, a mesma informação pode ser obtida, mais detalhadamente, para cada tipo de animal (caprinos, ovinos, suínos, gado de leite, gado de corte, galinhas, outras aves, etc.) e tratos que lhe são pertinentes.

(2) Refere-se às "receitas caseiras" e às práticas desenvolvidas localmente.

1.8. TRABALHO DOMÉSTICO: DIVISÃO ENTRE OS MEMBROS DO GRUPO DOMÉSTICO

Nº. de Ordem	Cuidado de Crianças	Cuidado de Doentes	Lavagem de Roupa	Preparo de Alimentos	Limpeza da Casa	Limpeza do Quintal	Apanha de Água	Cuidado de Hortas e Pomares	Corte de Lenha	Apanha de Lenha	Outros
01											
02											
...											

1.9. PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS(1): DIVISÃO DO TRABALHO ENTRE OS MEMBROS DO GRUPO DOMÉSTICO

Nº. de Ordem	Raízes	Frutas	Cereais	Animais	Vegetais	Outros
01						
02						
...						

(1) Esta informação é simplificada porque não distingue entre as diversas atividades requeridas para processar um determinado alimento. Conforme as circunstâncias, a informação pode ser levantada para cada atividade ou etapa do processamento de cada alimento.

1.10. COMERCIALIZAÇÃO: DIVISÃO DO TRABALHO ENTRE OS MEMBROS DO GRUPO DOMÉSTICO

Nº. de Ordem	Pro- dutos Agrí- colas	Ani- mais	Hor- tali- ças	Fru- tas	Deri- vados de Ani- mais	Pro- du- tos Pro- ces- sados	Obje- tos Arte- sa- nais	L e n h a	Pe- que- nos Negó- cios (1)	Ou- tras Ven- das/ tro- cas
	01									
02										
...										

(1) "Pequenos negócios" refere-se às bodegas, bares, vendas diversas feitas no domicílio de bens produzidos pela unidade produtiva ou manufaturados. Inclui também o transporte de pessoas e mercadorias.

1.11. PESCA: DIVISÃO DO TRABALHO ENTRE OS MEMBROS DO GRUPO DOMÉSTICO

Nº. de Ordem	Peixes	Mariscos	Algas	Caranguejos	Outros
01					
02					
...					

1.12. PRODUÇÃO ARTESANAL(1): DIVISÃO DO TRABALHO ENTRE OS MEMBROS DO GRUPO DOMÉSTICO

Nº. de Ordem	Redes	Cestos	Vassouras	Utensílios Domésticos	Instrumentos de trabalho	Outros
01						
02						
...						

(1) Esta informação pode ser levantada, conforme as circunstâncias, para cada tipo de objeto artesanal e para cada uma das atividades envolvidas, desde a coleta e transporte de matéria-primas até a obtenção e venda do produto final.

1.13. TRABALHO ASSALARIADO: DIVISÃO DO TRABALHO ENTRE OS MEMBROS DO GRUPO DOMÉSTICO

Nº. de Ordem	Tipo		Setor			Local		
	Permanente	Temporário	Agricultura	Indústria	Serviços	Na Comunidade	Em Zona Urbana Próxima	Em Zona Urbana Distante
01								
02								
...								

1.14. TRABALHO TEMPORÁRIO NA LAVOURA(1): VALORES DAS DIÁRIAS PAGAS POR TAREFA AOS MEMBROS DO GRUPO DOMÉSTICO

Nº. de Ordem	Desmatamento	Destoca	Aração	Gradação	Irrigação	Plantio	Limpeza	Adução	Aplicação de Defensivos	Colheita
01										
02										
...										

(1) Esta informação é simplificada porque refere-se às lavouras em geral. Porém, ela pode ser levantada para cada tipo de cultivo (ou consórcios de cultivos) e tarefas que lhe são pertinentes.

1.15. TRABALHO DOS MEMBROS DO GRUPO DOMÉSTICO NA LAVOURA REALIZADA NA UNIDADE PRODUTIVA, DURANTE O ÚLTIMO CULTIVO, EM HORAS MENSAIS(1)

Nº. de Ordem	1º. mês	2º. mês	3º. mês	4º. mês	5º. mês	5º. mês	...
01							
02							
...							

(1) O último cultivo não é o que está sendo realizado mas aquele que já foi completado desde a preparação da terra até a comercialização. Sugere-se que estes dados sejam complementados com estudos de caso aprofundados.

1.16. TRABALHO DOS MEMBROS DO GRUPO DOMÉSTICO FORA DA UNIDADE PRODUTIVA DURANTE O ÚLTIMO CULTIVO REALIZADO PELA UNIDADE PRODUTIVA, EM HORAS SEMANAIS(1)

N°. de Ordem	1°. mês	2°. mês	3°. mês	4°. mês	5°. mês	5°. mês	...
01							
02							
...							

(1) O último cultivo não é o que está sendo realizado mas aquele que já foi completado desde a preparação da terra até a comercialização. Sugere-se que estes dados sejam complementados com estudos de caso aprofundados.

1.17. TRABALHO DOS MEMBROS DO GRUPO DOMÉSTICO NA UNIDADE PRODUTIVA NO TRATO DE ANIMAIS NA ÚLTIMA SEMANA, EM HORAS SEMANAIS.

N°. de Ordem	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Domingo
01							
02							
...							

(1) Não se registra aqui a demanda diferenciada de trabalho imposta pelo calendário agrícola. Para levá-la em consideração, estes dados devem ser complementados com estudos de caso aprofundados.

1.18. TRABALHO DOS MEMBROS DO GRUPO DOMÉSTICO NA UNIDADE PRODUTIVA NO TRABALHO DOMÉSTICO, NA ÚLTIMA SEMANA, EM HORAS SEMANAIS.

N°. de Ordem	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Domingo
01							
02							
...							

(1) Não se registra aqui a demanda diferenciada de trabalho imposta pelo calendário agrícola. Para levá-la em consideração, estes dados devem ser complementados com estudos de caso aprofundados.

1.19. CONTROLE DE BENS E RECURSOS PRODUTIVOS ENTRE OS MEMBROS DO GRUPO DOMÉSTICO (Quem tem a "posse" ou o controle?)

Nº. de Ordem	Terra	Crédito	Máquinas e Equipamentos Agrícolas (1)	Implementos Agrícolas Manuais (1)	Animais de Tração	Insulso	Alimentos Silvestres (2)	Outros Produtos Silvestres (3)	Máquinas e Instrumentos de Produção Artesanal (4)	Outros
01										
02										
..										

(1) Estas informações são simplificadas porque referem-se às máquinas, equipamentos e implementos em geral. Entretanto, elas podem ser levantadas para cada máquina, equipamento e implemento específico.

(2) Inclui frutas, nozes, sementes, mel, óleos, cocos e seivas, que normalmente não são produzidos, mas coletados e vendidos in natura ou processados. Esta informação pode ser levantada, conforme as circunstâncias, para cada tipo de alimento silvestre.

(3) Inclui tintas, resinas e goma bem como materiais para a feitura de redes, esteiras, vassouras, cadeiras, etc., que normalmente não são produzidos mas coletados e vendidos in natura ou processados. Esta informação pode ser levantada, conforme as circunstâncias, para cada tipo de matéria-prima silvestre.

(4) Inclui todo tipo de instrumentos de trabalho artesanal, tais como máquinas de costura, teares, etc. Esta informação pode ser levantada para cada tipo de máquinas e instrumentos de produção artesanal.

1.20. CONTROLE OU "POSSE" DE ANIMAIS ENTRE OS MEMBROS DO GRUPO DOMÉSTICO (em número de cabeças)

Nº. de Ordem	Bovinos	Caprinos	Suínos	Ovinos	Equinos	Galinhas	Outras aves	Outros
01								
02								
...								

1.21. USO DOS RECURSOS NATURAIS PELOS MEMBROS DO GRUPO DOMÉSTICO

Nº. de Ordem	Madeira para Conservação	Lenha e Gravetos	Alimentos Silvestres (1)	Outros Produtos Silvestres (2)	Ferragem	Árvores para Sombramento	Árvores de Quintal	Plantas Medicinais	Outros
01									
02									
...									

(1) Inclui frutas, nozes, sementes, mel, óleos, cocos e seivas, que normalmente não são produzidos, mas coletados e vendidos in natura ou processados. Esta informação pode ser levantada, conforme as circunstâncias, para cada tipo de alimento silvestre.

(2) Inclui tintas, resinas e goma bem como materiais para a feitura de redes, esteiras, vassouras, cadeiras, etc., que normalmente não são produzidos mas coletados e vendidos in natura ou processados. Esta informação pode ser levantada, conforme as circunstâncias, para cada tipo de matéria-prima silvestre.

1.22. CAPACITAÇÃO DOS MEMBROS DO GRUPO DOMÉSTICO

Nº. de Ordem	Técnicas Produtivas	Manejo de Equipamentos	Técnicas Comerciais	Técnicas Gerenciais	Outras
01					
02					
...					

1.23. ACESSO DOS MEMBROS DO GRUPO DOMÉSTICO AOS SERVIÇOS DE APOIO À PRODUÇÃO

Nº. de Ordem	Assistência Técnica	Pesquisa	Capacitação Técnica	Capacitação Gerencial	Cooperativismo	Outros
01						
02						
...						

1.24. ASSISTÊNCIA TÉCNICA DESEJADA PELOS MEMBROS DO GRUPO DOMÉSTICO

Nº. de Ordem	Órgão	Tipo (1)	Frequência (2)
01			
02			
...			

(1) (2)

- | | |
|-----------------------|------------------------|
| 1 na lavoura | 1 uma vez na semana |
| 2 na pecuária | 2 uma vez no mês |
| 3 na produção caseira | 3 uma vez cada 6 meses |
| 4 outra | 4 uma vez no ano |

**1.25. USO DO DINHEIRO PELOS MEMBROS DO GRUPO DOMÉSTICO
(o que fez com o último dinheiro que teve?)**

Nº. de Ordem	Nunca Teve	Investiu na Lavoura	Terra	Animaís	Alimentos	Roupas e Calçados	Bens de uso Doméstico	Bens de uso Pessoal	Poupança	Aplicação Financeira	Outros
01											
02											
...											

1.26. PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DO GRUPO DOMÉSTICO NA TOMADA DE DECISÕES RELATIVAS À PRODUÇÃO, À VENDA E AO USO DA RENDA.

Nº. de Ordem	Produção			Venda	Renda
	O que e o quanto produzir?	Quais insumos, sementes e tecnologias utilizar?	A quem atribuir a realização do trabalho necessário?	Quanto, a quem e a que preço vender?	O que fazer com o ganho?
01					
02					
...					

1.27. FATORES QUE LIMITAM A PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DO GRUPO DOMÉSTICO NA PRODUÇÃO

Nº. de Ordem	Falta de Título de Propriedade da Terra	Falta de Acesso ao Crédito	Exclusão das Cooperativas e Associações	Falta de Treinamento Técnico	Falta de Treinamento Gerencial	Insuficiência Educacional	Falta de Tempo	Falta de Preparo e Auto-determinação	O u t r o s
01									
02									
...									

1.28. PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DO GRUPO DOMÉSTICO EM ORGANIZAÇÕES(1)

Nº. de Ordem	Associação de Produtores	Cooperativa	Sindicato	Grupo Informal de Produção	Grupo de Jovens	Clube de Mães	Associação Religiosas	Partido Político	O u t r o s
01									
02									
..									

(1) Por "organização" se entende qualquer tipo de associatividade, inclusive os grupos informais que se organizam para produzir algum bem ou oferecer algum serviço à comunidade.

1.29. NOME DAS ORGANIZAÇÕES A QUE PERTENCEM OS MEMBROS DO GRUPO DOMÉSTICO

Nº. de Ordem	Nome das Organizações
01	
02	
...	

2. CARACTERÍSTICAS DAS UNIDADES PRODUTIVAS

2.1. ÁREA DISPONÍVEL DA UNIDADE PRODUTIVA

Tipo de Acesso	Área de Sequeiro (ha)	Área Irrigada (ha)	Área total (ha)	Tipo de irrigação
Propriedade				
Arrendamento				
Parceria				
Outros				
Total				

2.2. ÁREA CEDIDA À PESSOAS DA FAMÍLIA OU DE OUTROS GRUPOS DOMÉSTICOS

Tipo de Área Cedida	Área de Sequeiro (ha)	Área Irrigada (ha)	Área total (ha)	Tipo de irrigação
Arrendamento				
Parceria				
Cedida a parentes				
Cedida a pessoas de outros grupos domésticos				
Outros				
Total				

2.3. CARACTERÍSTICAS DO SOLO DA UNIDADE PRODUTIVA

Topografia	
.Área plana (em hectares)	
.Área acidentada (em hectares)	
.Área com matas e florestas (em hectares)	
.Área com cerrados (em hectares)	
.Área irrigada (em hectares)	
Tipos de solo	
.Terras roxas (em hectares)	
.Solos salinos (em hectares)	
.Arenosos (em hectares)	
.Outro (especificar) (em hectares)	
Fertilidade	
.Boa (em hectares)	
.Regular (em hectares)	
.Ruim (em hectares)	
Acesso à água	
.Número de rios e riachos	
.Número de fontes naturais	
.Número de lagoas e lagos	
Distância até a fonte mais próxima.	

2.4. ÁREA DAS LAVOURAS DO ÚLTIMO ANO (Incluindo as hortas das mulheres)

Lavouras	Unidade de Medida	Área
....		

2.5. CALENDÁRIO DAS DIFERENTES LAVOURAS (registrar o mês de realização da atividade)

Lavouras	Preparo do solo	Plantio	Limpeza	Adução	Aplicação de Defensivos	Colheita

2.6. PRODUÇÃO DE BENS E RECURSOS PRODUTIVOS

Produto	Unidade de Medida	Produção
Lavouras		
.		
.		
.		
Produtos silvestres		
.		
.		
Hortaliças		
.		
.		
Sementes		
.		
.		
Frutas		
.		
.		
Flores e plantas ornamentais		

2.6. PRODUÇÃO DE BENS E RECURSOS PRODUTIVOS (continuação)

Produto	Unidade de Medida	Produção
. farinha de mandioca		
. fubá		
. xerém		
. doces caseiros		
. outros (especificar)		
Derivados de animais		
. ovos		
. leite		
. queijo		
. manteiga		
. banha		
. outros (especificar)		
Utensílios domésticos		
Instrumentos e ferramentas de trabalho		
Artefatos artesanais		
Roupas		
Outros (especificar)		
.		
.		

2.7. MEIOS DE PRODUÇÃO

Recursos	Quantidade
Implementos agrícolas manuais	
Máquinas e equipamentos agrícolas	
Animais de tração	
Caminhonetas e caminhões	
Carroças	

2.7. MEIOS DE PRODUÇÃO (continuação)

Recursos	Quantidade
Cercas	
Galpão	
Plantações permanentes	
Capital	
Crédito (empréstimos formais)	
Empréstimos informais	
Mão-de-obra familiar	
Mão-de-obra contratada - permanente	
Mão-de-obra contratada - temporária	
Outros (especificar)	
.	
.	

2.8. MÁQUINAS E INSTRUMENTOS DE PRODUÇÃO ARTESANAL

Recursos	Quantidade
Máquina de costura	
Tear	
Instrumentos de trabalho artesanal	
Matéria-prima para a produção artesanal	
Outros (especificar)	
.	
.	
.	

2.9. TECNOLOGIA: USO DE INSUMOS PARA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Lavoura	Sementes Seleccionadas	Adubo Orgânico	Adubo Químico	Defensivos	Outros

2.10. TECNOLOGIA: TIPO DE TRAÇÃO UTILIZADA

Atividade	Não faz	Manual	Animal	Mecânica	Não se aplica
Desmatamento					
Destoca					
Aração					
Gradagem					
Plantio					
Limpeza					
Adubação					
Pulverização					
Irrigação					
Colheita					
Outras (especificar)					

2.11. TECNOLOGIA : BENEFICIAMENTO DE PRODUTOS

Produto	Tipo de beneficiamento	Manual	Mecânica	Feita fora da Unidade Produtiva

2.12. TECNOLOGIA: PRÁTICAS PECUÁRIAS

Tipo de prática	Sim	Não
Vacina		
Cuidados Tradicionais (receitas caseiras)		
Tratos Sanitários		
Suplementação Alimentar		
Sais Minerais		
Rotação de Pasto		
Capineira Irrigada		
Confinamento		
Outra (especificar)		

2.13. FINANCIAMENTOS BANCÁRIOS

Tipo de Financiamento	Sim	Não	Instituição Financeira
Aquisição de Terra			
Custeio			
Comercialização			
Investimento			
Habitação			
Outro (especificar)			

3. RELAÇÕES COM O MERCADO

3.1. COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS NOS ÚLTIMOS 12 MESES

Produto	Sim	Não	Destino(1)
Matéria-primas e produtos agrícolas			
.			
.			
Animais			
.			
.			
Produtos silvestres			
.			
.			
Frutas			
.			
.			
Hortaliças			
.			
Flores e plantas ornamentais			
Produtos processados			
.			
Derivados de animais			
.			
Produtos artesanais			
.			
Outros (especificar)			
.			
Revenda de produtos (especificar)			
.			

(1)

- 1 Feira Livre
- 3 Cooperativas e Associações
- 5 Varejista

- 2 Caminhoneiro
- 4 Atacadista
- 6 Outros (especificar)

3.2. INFRA-ESTRUTURA DE COMERCIALIZAÇÃO

Serviço	Sim	Não
Armazenamento		
. galpão		
. armazém		
. outro (especificar)		
Transporte		
. caminhão		
. carroça		
. animal		
. outro (especificar)		
Estradas		
. terra		
. asfaltada		
Comunicação		
. telefone		
. rádio		
. outro (especificar)		

4. RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE

4.1. USO DE RECURSOS NATURAIS

Recursos	Sim	Não
Madeira para construção		
Madeira para confecção de ferramentas e utensílios domésticos		
Lenha para cozinha		
Lenha para iluminação		
Lenha para processamento de alimentos		

4.1. USO DE RECURSOS NATURAIS (continuação)

Recursos	Sim	Não
Alimentos (frutas, nozes, sementes, mel, óleos)		
Outros produtos silvestres (tintas, resinas, goma, materiais para esteiras, redes, cadeiras, vassouras, etc.)		
Plantas para medicina caseira		
Forragens para animais		
Árvores para sombreamento		
Árvores para quintal		
Outros (especificar)		

4.2. ESCASSEZ DE RECURSOS NATURAIS NA UNIDADE PRODUTIVA (em ordem decrescente de gravidade)

Tipo de Recurso	Número de Ordem
Água	
Alimentos naturais	
Forragem	
Combustível	
Fertilizantes de biomassa	
Outros produtos silvestres (especificar)	
Outros (especificar)	

4.3. MEIO AMBIENTE E FONTES DE ENERGIA

Práticas Adotadas	Sim	Não
Combinação de atividades agrícolas com reflorestamento		
. consorciamento de culturas		
. pastagem e forragem		
. cultivos com pequena criação		
. arborização das Áreas próximas à residência		
. arborização para controle do vento		
. outra (especificar)		
Fontes de energia		
. lenha		
. resíduos agrícolas		
. estrume		
. outra (especificar)		
Reposição de recursos naturais		
. evita-se o desmatamento		
. controla-se a queimada		
. cuidados com a erosão do solo		
. correção de solos		
. construção de terraços		
. adubação verde		
. adubação orgânica		
. plantio direto		
. controle biológico de pragas		
. biodigestor		
. outras (especificar)		

5. CONDIÇÕES DE VIDA DAS FAMÍLIAS

5.1. CONDIÇÕES DE MORADIA

5.1.1. CARACTERÍSTICAS DA HABITAÇÃO

Área Total (m2)	Ano de Construção	Recursos		
		Próprios	Doação	Empréstimo

5.1.2. NÚMERO DE CÔMODOS E QUARTOS

Descrição	1	2	3	4	5	6 ou mais
Cômodos (incluindo áreas de armazenamento no interior da moradia)						
Quartos de dormir						

5.1.3. MATERIAL DE CONSTRUÇÃO

Piso	Sim	Telhado	Sim	Paredes	Sim
Cimento		Telha		Alvenaria	
Terra batida		Palha		Barro	
Outros		Outros		Outros	

5.1.4. ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Condição	Sim	Não	Distância da Casa
Torneira dentro da casa			*****
Torneira no terreiro			
Poço no terreiro			
Torneira ou poço comunitário			
Fonte natural (rio, açude, etc.)			
Outros			

5.1.5. ELIMINAÇÃO DE DETRITOS

Disposição de Lixo	Sim	Disposição de Águas Usadas	Sim	Disposição de Dejetos	Sim
Enterramento		Encanamento		Fossa sanitária	
Queimada		Terreiro		Fossa com latrina	
Campo aberto				Campo aberto	

5.1.6. EQUIPAMENTO DOMÉSTICO

Iluminação	Sim	Lavagem de Lousa	Sim	Lavagem de roupa	Sim	Tipo de Fogão	Sim
Elétrica		Pia		Tanque		Gás	
Gás		Tábua		Rio		Lenha	
Querosene		Rio		Açude		Carvão	
Outra		Outra		Outra		Outro	

5.2. CONDIÇÕES DE SAÚDE

5.2.1. MORTALIDADE DE PESSOAS DO GRUPO DOMÉSTICO NO ÚLTIMO ANO
E PRINCIPAIS CAUSAS DE MORTE

Causas de morte	Sexo Feminino			Sexo Masculino		
	Menos de 5 anos	Mais de 5 até 15 anos	Mais de 15 anos	Menos de 5 anos	Mais de 5 até 15 anos	Mais de 15 anos
Doenças do coração						
Doenças cerebrovasculares						
Tumores malignos						
Acidentes						
Pneumonia						
Perinatais						
Doenças diarréicas						
Septicemia						
Sarampo						
Meningite						
Anomalias congênitas						
Deficiência de nutrição						
Outras causas						
Causas mal definidas						

5.2.2. MORBIDADE DE PESSOAS DO GRUPO DOMÉSTICO NO ÚLTIMO ANO

Descrição	Sexo Feminino			Sexo Masculino		
	Menos de 5 anos	Mais de 5 até 15 anos	Mais de 15 anos	Menos de 5 anos	Mais de 5 até 15 anos	Mais de 15 anos
Pessoas que tiveram problemas de saúde						
Pessoas que acudiram a estabelecimentos hospitalares						
Pessoas que não acudiram a estabelecimentos hospitalares						

5.2.3. CUIDADOS COM A SAÚDE

Cuidados com a saúde	Número de Pessoas	
	Tomaram cuidados	Não tomaram cuidados
Crianças menores de cinco anos que receberam todas as vacinas		
Crianças que foram ao dentista no último ano		
Mulheres que fizeram exame ginecológico no último ano		
Mulheres grávidas no último ano que fizeram o pré-natal		

5.3 CONDIÇÕES DE NUTRIÇÃO POR SEXO E IDADE (Menos de 12 e Mais de 12 anos)

Hábitos alimentares	Mulheres		Homens	
	Menos de 12 anos	Mais de 12 anos	Menos de 12 anos	Mais de 12 anos
Número de refeições diárias que a família faz habitualmente				
Número de vezes por vezes por semana que a família come os seguintes alimentos:				
. Carne de gado				
. Carne de aves				
. Carne de porco				
. Carne de bode				
. Peixe				
. Açúcar				
. Leite				
. Ovos				
. Queijo				
. Coalhada				
. Verduras				
. Legumes				
. Frutas				

ANEXO 2

FORMATAÇÃO DO REGISTRO DE GRUPOS ASSOCIATIVOS

MUNICÍPIO E ESTADO
COMUNIDADE
NOME DA ORGANIZAÇÃO
DATA DE PREENCHIMENTO

1. DADOS BÁSICOS SOBRE A ORGANIZAÇÃO

1.1. NOME:

1.2. TEMPO DE EXISTÊNCIA:

1.3. SEDE: SIM _____ NÃO _____

1.4. ENDEREÇO:

1.5. SITUAÇÃO LEGAL DA ORGANIZAÇÃO

Formal	Informal Registrada	Informal não Registrada

1.6. NÚMERO DE MEMBROS DA ORGANIZAÇÃO

No Início do Funcionamento		No Presente	
Homens	Mulheres	Homens	Mulheres

1.7. COMO SE GEROU A ORGANIZAÇÃO

Iniciativa do Grupo Associativo	
Iniciativa de Outros Grupos Cívicos	
Ação de Partido Político	
Ação do Estado	
Outro (especificar)	

1.8. CRITÉRIO DE FILIAÇÃO À ORGANIZAÇÃO

Individual	Familiar	
	Chefe da Família	Qualquer Membro

1.9. ESTRUTURA DA ORGANIZAÇÃO

Diretoria	Sim	Não
Comissões		
Delegados	No. Total	No. por Comunidade

1.10. DIRETORIA DA ORGANIZAÇÃO

Cargo	Homem	Mulher

1.14. REGISTRO DE RECEITA/DESPESA

Não Existe Registro de Receita/Despesa			
Existe Registro de Receita/Despesa	Livro Caixa		
	Balanço Geral		
	Conta Corrente		
	Outro		
Responsável pelo Registro	Sexo		Remuneração
	Homem	Mulher	Sim Não

2. DADOS SOBRE OS OBJETIVOS DA ORGANIZAÇÃO

2.1. OBJETIVOS DA ORGANIZAÇÃO

Tipos de Objetivos	Objetivos Específicos
Formais (estatutários)	01
	02
	03
	04
	05
	06
Informais, porém são os que real mente orientam a organização	07
	08
	09
	10
	11
	12

2.2. SUCESSO DOS OBJETIVOS

Objetivos	Efetivamente Alcançados	Não Alcançados	Principais Obstáculos
01			
02			
03			
04			
05			
06			
07			
08			
09			
10			
11			
12			

3. DADOS SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

3.1. ATIVIDADES ECONÔMICAS QUE A ORGANIZAÇÃO DESENVOLVE

Atividade	Sim	Não	Respon-sável		Benefi-ciário	
			H	M	H	M
Posse comum das terras						
Uso comum das terras						
Uso comum das instalações						
Produção						
Compra de insumos						
Crédito						
Assistência técnica						
Capacitação						

3.1. ATIVIDADES ECONÔMICAS QUE A ORGANIZAÇÃO DESENVOLVE
(continuação)

Atividade	Sim	Não	Respon- sável		Benefi- ciário	
			H	M	H	M
Mecanização						
Transporte						
Beneficiamento						
Armazenamento						
Venda da Produção						
Supermercado						
Outra (especificar)						

3.2. FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

Individual	Familiar	Coletiva

3.3. TRABALHO COMUNITÁRIO QUE OS MEMBROS DA ORGANIZAÇÃO REALIZAM

Trabalho	Sim	Não	Quem Participa	
			Homem	Mulher
Plantio comunitário				
Construção de açude				
Construção de Irrigação				
Correção de solos				
Drenagem				
Construção de armazém				
Outro				

3.4. CONTROLE DO TRABALHO COLETIVO (MUTIRÃO) DOS MEMBROS DA ORGANIZAÇÃO

Existe registro		Controle das horas trabalhadas		
Sim	Não	Não efetua	Ficha	Lista de Presença

3.5. PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DA ORGANIZAÇÃO NA TOMADA DE DECISÕES

Decisões	Assembléia	Diretoria
Plano de Produção		
Plano de Investimento		
Formas de Financiamento		
Tecnologia a ser utilizada		
Compra de insumos		
Comercialização		
Filiação de membros		
Outra (especificar)		

3.6. DISTRIBUIÇÃO DO LUCRO ENTRE OS MEMBROS DA ORGANIZAÇÃO

Adiantamentos mensais em dinheiro (valor - R\$)	Adiantamentos em produtos agrícolas		Distribuição do lucro no final do ano
	Produto	Quantidade	

